

Superior Tribunal de Justiça

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 505.294 - SP (2019/0111688-8)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
AGRAVANTE : ALBERTO OLIVEIRA YAMASAKI
ADVOGADOS : ISRAEL MINICHILLO DE ARAÚJO - SP092712
ISAAC MINICHILLO DE ARAUJO - SP094357
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. DESCLASSIFICAÇÃO. LATROCÍNIO TENTADO PARA ROUBO MAJORADO. IMPOSSIBILIDADE. INDEVIDO REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. *WRIT* DENEGADO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. No procedimento do *habeas corpus* não é permitida dilação probatória, apurando ilegalidade verificável de plano, assim não sendo possível rediscutir fatos e provas valorados pela instância ordinária para a pretendida desclassificação do crime.
2. A decisão agravada está de acordo com a jurisprudência desta Corte Superior e deve ser mantida por seus próprios fundamentos.
3. Agravo regimental improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Presidente

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator